

A PRODUÇÃO DA DESIGUALDADE NA OCUPAÇÃO HABITACIONAL DE ÁREAS DE RESSACA EM MACAPÁ - AP¹

THE PRODUCTION OF INEQUALITY IN THE HOUSING OCCUPATION OF RESSACA AREAS IN MACAPÁ - AP

Ananda Brito Bastos²

Paula Flores Nery³

Taís Oliveira de Moraes⁴

Jodival Mauricio da Costa⁵

Resumo: O presente artigo discute diferentes dinâmicas de ocupação encontradas em Áreas de Ressaca na região urbana de Macapá, capital do Estado do Amapá. Para a realização do trabalho utilizou-se pesquisas bibliográfica, midiática e documental, considerando autores que discutem as questões urbanas e ambientais no Brasil e no Amapá, além de *sites* de instituições públicas nacionais e locais, combinadas à pesquisa de campo e observações *in loco*. Evidenciou-se que muitas áreas úmidas vêm ao longo do tempo sofrendo impactos diretos e ou indiretos pelo processo de descumprimento da legislação vigente, sobretudo relacionada à questão da ocupação habitacional das ressacas urbanas de Macapá. Na área focal da pesquisa, observou-se que ocorre uma aceitação seletiva, por parte da sociedade, de certas tipologias arquitetônicas localizadas nas ressacas, devido aos aspectos estéticos, construtivos e econômicos das habitações. Nessas áreas percebe-se um processo de segregação provocado pela ocupação de diferentes classes econômicas que passam a habitar legal e/ou ilegalmente estes espaços. Os resultados da pesquisa permitem o estabelecimento de indicadores da atual dinâmica urbana dessas ocupações e a reflexão sobre como a integração entre a

¹ Trabalho indicado para publicação pela organização do II Encontro sobre Uso Público em Áreas Protegidas, realizado em Belém entre os dias 20 e 22 de novembro de 2019.

² Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)- nanda.nanb.b@gmail.com

³ Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)- paulafloresn18@gmail.com

⁴ Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)- taisoliveira.96.to@gmail.com

⁵ Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)- jodival.costa@gmail.com

arquitetura e as áreas úmidas possibilitaria a redução dos impactos que construção de habitações possam causar sobre o meio ambiente.

Palavras-chave: Áreas de ressaca. Ocupação urbana. Habitação. Segregação urbana.

Abstract: This paper discusses the different occupation dynamics found in *Ressaca* Areas in the urban region of Macapá, capital of Amapá State. For the execution of the work we used bibliographic, mediatic and documental research, considering authors that discuss the urban and environmental issues in Brazil and in Amapá, besides websites of national and local public institutions, combined with field research and on-site observations. It was evidenced that many wetlands have been directly and indirectly affected by the process of non-compliance with current legislation, especially related to the housing occupation of the urban *ressacas* of Macapá. In the focal area of the research, it was observed that there is a selective acceptance by society of certain architectural typologies located in the *ressacas*, due to the aesthetic, constructive and economic aspects of housing. In these areas it is perceived a process of segregation caused by the occupation of different economic classes that legally and/or illegally inhabit these spaces. The research results allow the establishment of indicators of the current urban dynamics of these occupations and the reflection on how the integration between architecture and wetlands would reduce the impacts that housing construction may have on the environment.

Keywords: Ressaca areas. Urban occupation. Housing. Urban segregation.

1 INTRODUÇÃO

Após a separação da região do Amapá do território paraense a cidade de Macapá passou por diversas transformações políticas, econômicas e sociais. Segundo Portilho (2010) devido a criação do Território Federal do Amapá, o município de Macapá recebeu vários investimentos na sua infraestrutura urbana, o que incentivou a instalação de novos empreendimentos e a migração de pessoas em busca de emprego e qualidade de vida. Fato intensificado, também, pela criação do Estado do Amapá, em 1988, e pela instalação da Zona Livre Comércio de Macapá e Santana (ALCMS), em 1991.

Todavia, a infraestrutura disponível não foi suficiente para atender ao aumento populacional urbano, o que teve por consequência a instalação de muitas famílias em áreas úmidas da cidade. De acordo com Tostes e Dias (2016), a construção de moradias nestas áreas ocorreu pela falta de planejamento urbano e a falta de políticas habitacionais existentes. Apesar da existência de leis para a organização urbana de Macapá, as zonas úmidas conhecidas como áreas de ressaca acabam por ser indevidamente apropriadas.

Segundo Brito et al. (2012), o Plano Diretor de Macapá de 2004 estabelece que estas áreas são consideradas patrimônio ambiental e, assim, ser devem ser preservadas e não ocupadas. E conforme exposto por Sales e Santos (2011) as ressacas são essenciais para a manutenção bioclimática da cidade de Macapá, pois se comportam como reservatórios naturais de água e são habitat de uma vasta fauna e flora regional.

Apesar disso, ao longo da pesquisa observamos que, geralmente, as áreas de ressaca são ocupadas por populações de baixa renda, que escolhem a região devido à proximidade com equipamentos urbanos e oportunidades de emprego. Em contrapartida, também notamos que em algumas dessas áreas úmidas, a apropriação é feita por pessoas de classes econômicas mais altas, influenciadas pela especulação imobiliária que ressalta o potencial desenvolvimento econômico e a beleza natural dessas áreas.

Assim, o presente artigo busca discutir o reconhecimento da importância das áreas de ressaca na região urbana de Macapá, capital do Estado do Amapá e refletir sobre a segregação urbana existente, pois apesar destes ambientes serem ocupados indevidamente por grupos socioeconômicos distintos, existe ainda uma ilegalidade seletiva acerca de qual a apropriação mais aceita perante a sociedade.

Para o desenvolvimento do estudo foram feitas pesquisas bibliográfica, midiática e documental sobre as áreas de ressaca e sua indevida apropriação. Além de pesquisa de campo, através de visitas *in loco* e levantamento fotográfico, utilizando o método comparativo entre as habitações de áreas de ressaca aterradas e em palafita.

O artigo está organizado em três partes: na primeira, enfatizamos a definição de área de ressaca, de forma a entender a sua importância socioambiental e conhecer a legislação pertinente sobre a temática; na segunda, tratamos das formas de apropriação das áreas de ressacas para compreender como ocorreu o processo de ocupação dessas áreas e; na terceira discutimos acerca a existência de segregação socioeconômico desses espaços.

2 DEFINIÇÃO DE ÁREAS DE RESSACA

De acordo com Bastos (2006) a formação de cidades e populações está constantemente associada aos recursos naturais, onde quem tem controle e/ou mais acesso a esses recursos detém maior poder de influência sobre os demais. Na contemporaneidade, o acesso à terra e água ainda é foco de disputas até mesmo nas regiões mais urbanizadas, o que por consequência gera um conflito espacial entre o meio urbano e o natural, originado pela apropriação ilegal de regiões destinadas a preservação ambiental por pessoas que, em geral, não possuem outra opção de habitação e procuram facilidade de acesso a bens naturais.

No contexto da cidade de Macapá - AP, o surgimento dos primeiros povoados ocorreu pela posição estratégica e proximidade da região em relação ao Rio Amazonas, a maior bacia hidrográfica do mundo. Segundo Tostes; Feijão; Moura (2017), durante a época do Brasil colonial, a região da futura capital Macapá era a princípio utilizada como ponto para a defesa do território amazônico contra invasões estrangeiras. Porém, sua função como rota para o comércio fluvial e transcontinental foi recebendo mais destaque ao longo dos anos.

Historicamente a área urbana de Macapá sempre teve uma intensa conexão com a água, seja através do rio Amazonas ou pelas áreas úmidas que este rio alimenta, dando origem a igarapés, canais, lagoas e, principalmente, as áreas de várzea típicas dessa região amazônica

denominadas de ressacas (BASTOS, 2006). Para Takiyama et al. (2012, p. 17) as áreas de ressacas podem ser descritas como “sistemas físicos fluviais colmatados, drenados por água doce e ligadas a um curso principal d’água, influenciados fortemente pela pluviosidade e possuindo vegetação herbácea”.

Souza et al. (2004, p. 1) ressalta a ideia de que estes ambientes são de fundamental importância para o bioclima de Macapá, pois exercem “influência no micro-clima urbano, além de serem corredores naturais de vento, amenizando o desconforto térmico”. E conforme exposto por Sales e Santos (2011), essas regiões são caracterizadas por sua vasta diversidade de fauna, com a reprodução de espécies aquáticas e flora, a qual serve tanto como para ajudar a drenagem natural das águas, como local para descanso de aves migratórias (Fotografia 1). Configurando as áreas de ressaca como um dos mais importantes ecossistemas amapaenses.

Fotografia 1: Garças e a vegetação natural da ressaca Lagoa dos Índios.

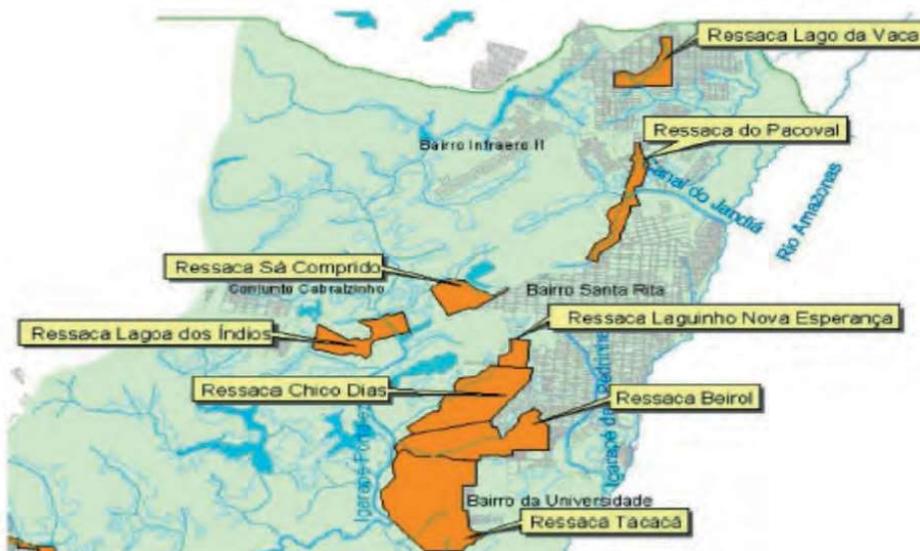


Fonte: *Blog Seles Nafes* (2018).

A partir de estudos realizados por órgãos e entidades ligados ao Governo do Estado do Amapá, como o Instituto de Pesquisas Científicas

e Tecnológicas do Estado – IEPA e a Secretaria Estadual de Meio Ambiente – SEMA, foi possível identificar e caracterizar oito áreas de ressaca existentes no ano de 2003, as quais são: a Ressaca do Lago da Vaca, Lago do Pacoval, Lagoa dos Índios, Sá Comprido, Lagunho Nova Esperança, Chico Dias, Beírol e Tacacá (SOUZA, 2003). Com base no **Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá**, organizado por Takayama e Silva (2003), as áreas identificadas pelo estudo estão dispersas pelo tecido urbano de Macapá e integram um ou mais bairros da cidade. Além das áreas já indicadas pela Mapa 1, também mencionamos as ressacas do Jandiá e das Pedrinhas, os quais são formadas por canais naturais.

Mapa 1: Localização e identificação das áreas de ressaca em Macapá.



Fonte: Souza (2003).

Embora as regiões das ressacas ainda sejam foco de discussão tanto na questão ambiental como nas políticas de habitação, devemos enfatizar que existem legislações que prevêm a proteção desses ecossistemas. Brito et al. (2012) cita como exemplo a Lei nº 6.938/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, cujo o objetivo é estabelecer uma política que vise a qualidade ambiental, o equilíbrio ecológico e

desenvolvimento sustentável. Isto é reforçado pela Constituição Federal de 1988 através de artigos que visam a proteção do ambiente natural.

Para Silva et al. (2014, p. 11) a partir da Lei Federal n. 12.651/12, que estabelece o Novo Código Florestal do Brasil, as ressacas podem ser classificadas como Áreas de Preservação Permanente - APP, pois exercem a função ambiental de preservar os recursos hídricos bem como a estabilidade da biodiversidade e o bem-estar das populações humanas. Ainda segundo Silva et al. (2014) a legislação federal contribui para interpretar que a qualidade das áreas de ressacas está diretamente relacionada a dignidade de vida da população macapaense.

Brito et al. (2012, p. 10) também comentam que na esfera estadual, as regulamentações que visam a preservação ambiental possuem normas próprias, previstas desde a Constituição do Estado do Amapá, instituída em 1991, “todavia apenas no papel, outrora pouco se vê presente nas políticas públicas, uma ênfase de uso das boas práticas conservacionistas do meio ambiente”. Como as áreas de ressaca fazem parte do ecossistema macapaense, estas também são amparadas pela Lei Estadual n. 9.605/98, a qual determina a punição para quem “obstruir os cursos de água, degradar florestas e demais vegetações de forma irracional, considerando-se crime ambiental por se tratar de patrimônio público” (BRITO et al., 2012, p. 8).

As áreas de ressaca são protegidas ambientalmente e tombadas por meio de legislação estadual específica, como a Lei n. 0455/99 (Lei de Proteção das Ressacas) que dispõe sobre a preservação das ressacas, bem como privilegia a criação de áreas protegidas a partir das ressacas presentes em áreas municipais urbanas (BASTOS, 2006). Souza (2018) acrescenta que em 2004 a lei estadual nº 0835/2004 revogou a legislação de 1999 e passou a dispor sobre a ocupação urbana, uso econômico e gestão ambiental e promoveu a necessidade de criação do Zoneamento Ecológico Econômico Urbano (ZEEU).

Em seu artigo para o *blog* Portal Luis Nassif, Oliveira (2013) afirma que em 2012 a lei de 2004 foi substituída pela Lei 0835/2012 que

estabelece a proteção de todas as áreas úmidas, tanto várzea como ressacas, localizadas no Estado do Amapá. O autor critica a disparidade entre o que a lei dispõe e o que de fato é posto em prática pelo governo estadual.

Assim, apesar da criação de três leis de proteção das ressacas, a legislação não tem garantido a efetivação dessa proteção. Esta contradição também é reproduzida em âmbito municipal. Porque apesar da Lei Complementar 026/2004, que institui o Plano Diretor de Macapá, determinar que as ressacas constituem patrimônio ambiental e objeto de políticas públicas específicas, o que observamos é a crescente ocupação dessas áreas. Segundo Tostes e Dias (2016) o adensamento populacional dentro de áreas de ressaca provoca diversos danos ambientais, como aterramentos, supressão da vegetação e poluição dos recursos hídricos. Além disso, existem muitos conflitos urbanos, envolvendo os diversos agentes que atuam na área, como moradores, órgãos públicos e organizações não governamentais (BASTOS, 2006).

3 APROPRIAÇÃO DAS RESSACAS MACAPAENSES

Para compreender melhor a ocupação das áreas de ressacas, devemos primeiramente contextualizar o processo que resultou no crescimento populacional e por consequência a expansão urbana de Macapá. Desde do período do Brasil Colonial (1500 -1802) até meados da Era Vargas (1930-1945) o território amapaense fazia parte da região do Estado do Pará, condição que só foi mudada pela instituição do Território Federal do Amapá – TFA em 1943, o que contribuiu para algumas transformações político-administrativos e socioeconômicos da região (BASTOS, 2006).

De acordo com Bastos (2006), a partir da década de 1950 foi implementado políticas de desenvolvimento na região amazônica, inclusive no Território Federal do Amapá. Essas políticas visavam tanto desenvolvimento econômico como social, a partir do incentivo da exploração dos recursos naturais e produção agropecuária e industrial,

considerando também a modernização da infraestrutura urbana para melhorar a qualidade de vida da população local. O que contribuiu significativamente para o aumento populacional da região nos anos seguintes e a consequente expansão urbana da capital Macapá (PORTILHO, 2010).

Segundo Portilho (2010) as ressacas macapaenses começaram a ser ocupadas ainda na década de 1950, porém era um processo tímido. De acordo com Bastos (2006, p.3) o início do processo de ocupação da ressaca da Lagoa dos Índios, por exemplo, estava vinculado ao modo de produção das comunidades negras que visavam somente à subsistência. Sobre o assunto, Souza et al. (2004) comenta que:

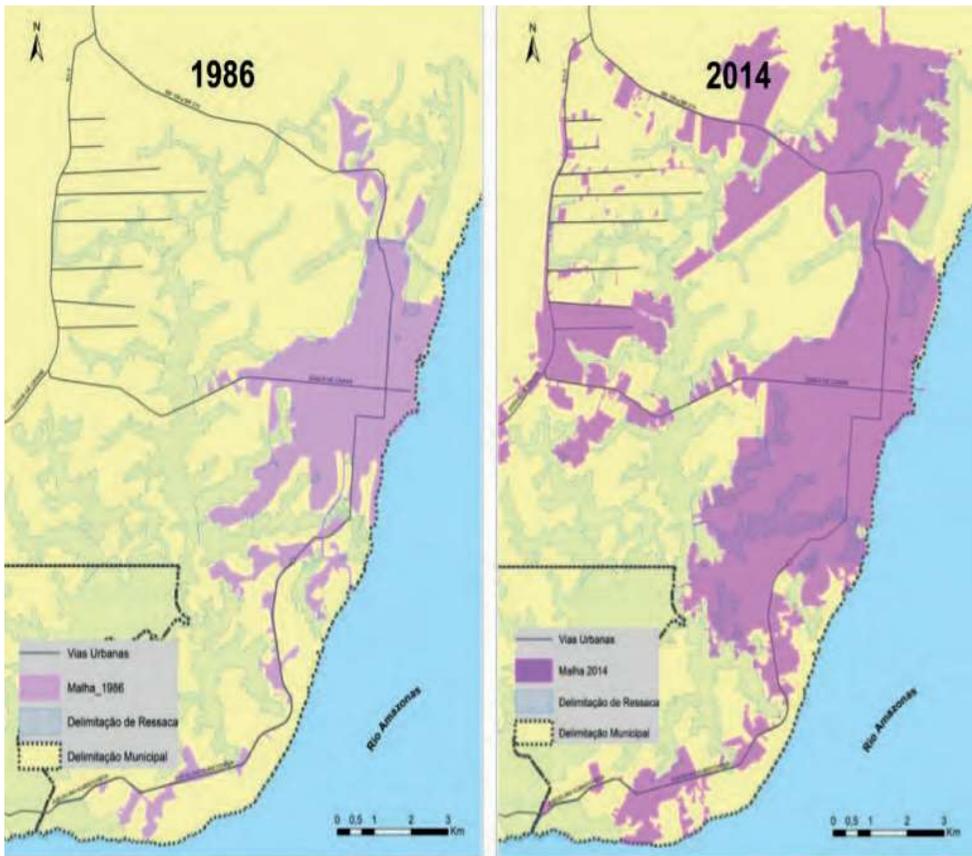
Pelo diagnóstico da Fundação João Pinheiro (1973) já se alertava que a cidade não suportaria a população depois de dez anos (1983), e que ela deveria seguir um planejamento de criação de vias indutoras de ocupação de novas áreas, transpondo os igarapés e as áreas úmidas, contornando a área do aeroporto e executando um projeto paisagístico para as áreas úmidas. Desta maneira, concluiu-se que houve um processo acelerado de concentração urbana na capital, presumindo-se o aumento gradativo da pressão antrópica sobre as áreas úmidas e inundáveis (SOUZA et al., 2004, p. 6).

As previsões feitas pela Fundação João Pinheiro foram se concretizando, pois, citando Bastos (2006) a partir de meados da década de 1980, a região do Amapá presenciou novamente o aumento brusco de sua população, o que foi se consolidando na década seguinte devido a novos eventos políticos e econômicos, como a elevação do Amapá a categoria de Estado (1988) e abertura da Área de Livre Comércio entre Macapá e Santana (1991).

Portilho (2010, p.11) comenta que “no início da década de 1990, as áreas de ressacas Chico Dias, Sá Comprido e parte do Lago do Pacoval vão sendo intensamente ocupados, principalmente pela população de baixa renda recém-chegada ao estado do Amapá”. Logo, observamos que apesar do Governo do Amapá ter ciência sobre as ocupações em áreas de ressaca, a presença antropomórfica nesses ecossistemas foi intensificada

ao longo dos anos, o que mudou drasticamente sua paisagem e estrutura natural, como pode ser observado no Mapa 2.

Mapa 2: Intensificação da ocupação das áreas de ressaca entre 1986 e 2014.



Fonte: Adaptado a partir de Silva (2017).

Conforme mencionado por Portilho (2010) devemos atentar para o fato que essas mudanças no espaço urbano macapaense ocorrem por causa de um conjunto de interesses políticos, econômicos e socioculturais. Tostes e Dias (2016) apontam que no caso das ocupações em áreas de ressaca, há o envolvimento e conflitos entre os diferentes agentes sociais, os quais seriam: os moradores, Prefeitura de Macapá, Ministério Público, judiciário, órgãos institucionais e organizações não governamentais.

Observa-se como prevalecente a existência de conflitos entre os agentes tanto na inversão de papéis quanto na disputa entre os mesmos, de modo que o interesse coletivo permanece na hostilidade de um espaço construído sem uma organização participativa. Evidencia-se com o resultado o porquê às pessoas ocupam áreas inadequadas, as cidades são desestruturadas e a população não possui acesso a serviços básicos (TOSTES; DIAS, 2016, p. 10).

Autores com Portilho (2010) e Tostes e Dias (2016) criticam a ausência de políticas habitacionais eficazes voltadas para o uso e ocupação do solo urbano de Macapá e que respeitem os princípios assegurados pelo direito à cidade, sobretudo, com relação ao desenvolvimento sustentável e a conservação do ambiente natural.

Souza (2018) afirma que ocupação nas ressacas está atrelada às dinâmicas de grandes empresas e de atuações estatais, pois existe a carência de terras voltadas para ocupação e a especulação imobiliária de áreas próximas ao centro de Macapá. A autora também ressalta o aspecto cultural, pois em alguns casos houve a adaptação do modo de vida ribeirinho para o contexto urbano. Fatores que contribuem substancialmente para invasão das áreas de ressacas localizadas nas zonas periféricas da cidade.

Segundo a pesquisa de Souza et al. (2004, p. 9) a apropriação em ressacas é na maioria causada pela construção de habitações, existindo também a presença de atividades econômicas de grande impacto, como a “extração de argila, bubalinocultura e piscicultura”. Para Portilho (2010) o surgimento de ocupações semelhantes a favelas nas áreas de ressacas contribuiu para aumentar os problemas de saúde da população e causar a alteração do espaço natural do ecossistema (Fotografia 2).

Fotografia 2: Morador de área de ressaca limpando o entorno de sua casa.



Fonte: Victor Vidigal/G1 (2019).

Conforme pesquisa bibliográfica e visitas *in loco*, observamos que a maioria das ocupações informais em ressacas foram feitas através da autoconstrução de casas de madeira, seguindo a tipologia palafita. Baseado em Souza (2018) a maioria das casas de palafita estão localizadas acima do nível da água e estas só podem conectar-se a terra firme por meio de passarelas de madeira, também conhecidas popularmente como pontes (Fotografia 3). Porém, devido à pouca acessibilidade de algumas passarelas, há casos de residentes que começam a aterrar as áreas de ressaca, contribuindo para o desaparecimento desse ecossistema.

Fotografia 3: Casas de madeira na ressaca dos Congós.



Fonte: Carlos Alberto Jr/G1 (2019).

Também é perceptível as ações contraditórias do poder público amapaense com relação as ocupações em palafitas. Sales e Santos (2011, p.14) comentam sobre o dilema de “atender as necessidades básicas da população que habita nas áreas úmidas se, de um lado a legislação permite o direito à habitação (moradia, energia, água tratada), à saúde, entre outros, embasado no princípio da dignidade da pessoa humana”, por outro, este não pode ser atendido plenamente devido as restrições de uso para as ressacas. Logo, ainda que exista legislação que ampara a proteção das áreas de ressaca, esta vai de encontro com a obrigação pública de zelar pela dignidade de vida dos moradores dessas áreas (Fotografia 4).

Sobre o assunto, Souza (2018) conclui que:

Atualmente, o poder público age pela omissão, tolerância, reassentamento ou urbanizações pontuais. Omite, ao nada fazer baseado no discurso de não incentivar a moradia nas ressacas. Tolerância, pois pouco fiscaliza a expansão das áreas palafíticas. Reassenta parte da população para habitações de interesse social. Urbaniza pontualmente como citado anteriormente [através da revitalização e construção de novas passarelas] (SOUZA, 2018, p.6).

Fotografia 4: Revitalização de passarela na ressaca das Pedrinhas feita por funcionários contratados pela Prefeitura de Macapá.



Fonte: Prefeitura Municipal de Macapá (2019).

Segundo Silva; Santos; Figueira. (2014, p. 14) a postura do poder público está diretamente vinculada aos interesses políticos, pois a maioria das ressacas são ocupadas por pessoas de classes econômicas mais baixas e carentes de infraestrutura urbana, possibilitando a formação de “currais

eleitorais” com as comunidades destas áreas. Contudo, devemos ressaltar que a omissão governamental se estende para outras classes econômicas. Bastos (2006) comenta que a partir da década de 1980, a ressaca da Lagoa dos Índios começou a ser ocupada por novos agentes transformadores, através de empreendimentos empresariais e habitações de alto padrão, incentivados pela construção e pavimentação da rodovia Duca Serra.

O estudo de Aguiar e Silva (2003) aponta que o rendimento econômico e padrão de vida dos residentes da ressaca da Lagoa dos Índios é consideravelmente superior se comparado aos resultados das demais ressacas macapaenses. Silva e Santos (2013) explicam que a ressaca da Lagoa dos Índios por sua localização e beleza natural, é compreendida como uma área de grande potencial econômico-paisagístico, podendo ser explorada tanto através do ecoturismo como também pela agricultura.

Deste modo, notamos que as ressacas além de ecossistemas essenciais para o meio ambiente amapaense, também são espaços para atuação de diferentes agentes sociais que se apropriam e agem nestas áreas de diferentes modos, manifestadas principalmente através das tipologias de habitações e a presença ou ausência de saneamento básico. Aspectos que podem ou não contribuir para a aceitação da apropriação das ressacas por parte da sociedade macapaense.

4 A ILEGALIDADE SELETIVA EM ÁREAS DE RESSACA

Segundo Villaça (2003):

Toda exclusão social (inclusive as não formais ou não oficiais) só é possível a partir de uma dominação e esta é uma política, ideológica e, principalmente econômica. O chamado mercado, é o principal instrumento de dominação e exclusão econômica e quase sempre apresenta uma manifestação espacial (VILLAÇA, 2003, p. 341).

No contexto macapaense, podemos apontar as ocupações em ressacas como a manifestação espacial de exclusão social, por serem áreas

sem ou com pouca infraestrutura básica, o que colabora para a construção da reputação desses espaços como lugar de pobreza e problemas sociais, a exemplo da violência urbana e criminalidade (PORTILHO, 2010). Silva (2017) explica que:

[...] parece importante atentar para o fato de que a “opção” por determinados grupos sociais em ocupar as áreas de ressacas também tem relação com a impossibilidade financeira de acesso à terra urbana adequada para construção de moradias bem localizadas, ou seja, não é uma opção no sentido usual, mas uma impossibilidade de ocupar e/ou comprar terrenos/casas em áreas mais adequadas (SILVA, 2017, p. 67).

Conforme as observações da pesquisa de campo, percebemos a existência de diferentes dinâmicas urbanas tanto dentro das áreas de ressaca como em seu entorno imediato, que ocorre devido a omissão do poder público em realizar ações mais efetivas sobre esses espaços. Porém, ao analisar o modo de vida de moradores de palafita, percebemos em algumas comunidades de áreas de ressaca casos de cooperação e de vivência entre o ambiente natural e o ser humano.

Em contrapartida, como já mencionado, também existe o caso da Lagoa dos Índios, onde parte de sua apropriação é feita pelo complexo de empreendimentos econômicos e edificações residenciais. Nota-se que estas habitações são caracterizadas pelo alto padrão construtivo e a pouca interação entre o lote seu entorno, manifestada através de altos muros.

Além disso, verificamos novamente a postura contraditória do poder público ao aprovar a duplicação da rodovia Duca Serra (Fotografia 5), a qual visa melhorar a mobilidade da via, ampliando sua pista de rolamento. Segundo Dias (2018), o projeto realizará a duplicação de 17 quilômetros da rodovia e “prevê a revitalização de todo o entorno da Lagoa dos Índios, que mede 420 metros, onde serão construídas quatro pistas, ciclovia, área de contemplação, acostamento, sinalização e iluminação”. No entanto, este novo empreendimento do governo gera incertezas sobre seus possíveis impactos na ressaca da Lagoa dos Índios.

Fotografia 5: Duplicação da rodovia que corta a ressaca Lagoa dos Índios



Fonte: Irineu Ribeiro/SECOM (2018).

Conforme as observações da pesquisa de campo, percebemos a existência de diferentes dinâmicas urbanas tanto dentro das áreas de ressaca como em seu entorno imediato. Independentemente da condição econômica dos moradores de ressacas, é fato que esses ecossistemas estão cada vez mais antropomorfizados, o resultado desse impacto são trechos de áreas de ressaca que dificilmente poderão ser completamente recuperados.

Há atualmente por parte da universidade e do poder público, estudos acerca das ocupações nas áreas de ressaca, muitos com a proposta de remanejar a população mais carente dessas áreas, baseado na justificativa de recuperar o ambiente natural e garantir moradias salubres para a população dessas áreas. Embora seja um argumento plausível, em outra perspectiva isto aponta que o modo de viver em palafitas e caminhos ligados por pontes não se configura socialmente aceito como residências

em alvenaria com ruas aterradas em asfalto. O que reflete uma questão cultural e socioeconômica, projetada pela valorização do material utilizado na construção como reflexo de poder aquisitivo.

Porém, contrariando o senso comum, as ocupações em palafita são menos nocivas ao meio ambiente que as construções em alvenarias. Salgado e Carvalho (2018) ressaltam que essa tipologia é uma das principais representações de arquitetura vernacular presentes na região amazônica, resultado da transmissão de gerações de técnicas construtivas ribeirinhas.

A ocupação em áreas de ressaca, no âmbito arquitetônico, implica em evidenciar os fatores ambientais como parâmetros para a escolha da forma de habitar; respeitar o volume e ciclos das águas em diferentes períodos do ano e assim regular a altura da construção sobre a água, perceber a orientação dos ventos e incidência solar para aplicar os maiores beirais garantindo sombra às varandas e utilizando a madeira como principal elemento estrutural e de vedação devido à viabilidade econômica das famílias, a herança cultural e característica do componente em termos de conforto ambiental (SALGADO; CARVALHO, 2018, p.64).

De fato, as ressacas são ecossistemas indispensáveis para a cidade de Macapá, e por isso devem ser devidamente protegidas. No entanto, não podemos ignorar o longo processo de ocupação urbana dessas áreas, manifestadas principalmente pelas habitações de palafita, resultado de falhas e omissões tanto do poder público como da sociedade, e que já alterou drasticamente a configuração original das ressacas. Já que o ambiente natural teve que se adaptar a interferência humana, o que diminuiu tanto a diversidade de fauna como de flora.

Infelizmente, tal problemática não poderá ser solucionada apenas com o remanejamento dos moradores que ali ocupam e/ou com técnicas para a recuperação dos ecossistemas existentes. Pois como já mencionado, a apropriação dessas áreas envolve aspectos culturais e socioeconômicos presentes na população local, além da postura passiva dos governantes sobre esta temática. Ou seja, mesmo que o haja o remanejamento das pessoas

e recuperação das áreas, muito provavelmente essas áreas vão sendo reocupadas gradativamente.

No presente momento histórico, é inadmissível pensar o ambiente natural e o urbano como meios distintos, ou pior, antíteses. Porque como visto no caso das ressacas macapaenses, ao adotar uma postura mais passiva para as ocupações dessas áreas, o governo local não garante a proteção do meio natural e muito menos consegue o sanar as necessidades básicas dos moradores mais carentes de infraestrutura.

Logo, ressaltamos que além das leis e normas existentes para a preservação e conservação das áreas de ressacas, seria necessário estabelecer parâmetros rígidos sobre a ocupação dentro ou no entorno das ressacas. A partir de um estudo mais aprofundado tanto da estrutura natural como cultural desses espaços, permitindo a criação de zonas com diferentes prioridades, como a existente para o uso e ocupação de Macapá (2004). Além de priorizar projetos que combinem técnicas vernaculares e sustentáveis.

Não é impossível a coexistência entre o ambiente urbano e o natural nas áreas de ressaca. Porém, tal relação é menos danosa para ambos os lados se houver planejamento e gestão eficazes atuando na região. Sendo também necessário o desenvolvimento de pesquisas e tecnologias que possibilitem a redução ou eliminação de danos ambientais, assim como as problemáticas de infraestrutura urbana.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescimento desordenado, atrelado a ausência de planejamento urbano e o desrespeito às leis ambientais, torna por consequente a habitação em áreas de proteção ambiental, como o caso das Ressacas da cidade de Macapá, no estado do Amapá. Em que se configura espacialmente composta por dois agentes de transformação, em regiões aterradas ou em palafita, usufruindo de diferentes formas um mesmo espaço.

A habitação em áreas de ressaca se tornou uma adversidade por seus agentes transformadores possuírem capitais diferentes, em um cenário no qual a tipologia construtiva e a forma de morar se tornou um símbolo de poder. São locais que se encontram um contraste entre habitações que não possuem o devido saneamento básico ou não tiveram o acesso a moradia adequado, entre aqueles que detém o poder e acabam por moldar um espaço inadequado por sua paisagem.

Existe um impacto social, político, ambiental causado pelos dois tipos de ocupação, sendo assim deveria haver uma maior preocupação de quem usufrui e habita nestes locais e de quem permite essas habitações, para que haja um uso adequado do espaço.

Estas áreas por serem consideradas importantes para o meio ambiente da cidade de Macapá-AP, necessitam da manutenção de seu equilíbrio ecológico, da qualidade ambiental adequada para os seus habitantes mantendo assim a protocooperação das pessoas para com os recursos naturais, em que a condenação de uso desses espaços não seja apenas para aqueles que mantenham uma habitação precária no local, mas sim para qualquer transformação indevida desses espaços urbanos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Josiane do Socorro; SILVA, L. M. S. Caracterização e avaliação das condições de vida das populações residentes nas ressacas urbanas dos municípios de Macapá e Santana. **Diagnóstico das Ressacas do Estado do Amapá: Bacias do Igarapé da Fortaleza e Rio Curiaú**, Macapá-AP: CPAQ/IEPA e DGEO/SEMA, 2003. p. 165-236.

BASTOS, Cecília Maria Chaves Brito. **Conflitos ambientais urbanos em áreas de ressaca: um estudo da comunidade negra da Lagoa dos Índios em Macapá/AP**. 2006. 188 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

BRITO, Andréa Moraes et al. Análise da legislação aplicável nas áreas de ressacas no Município de Macapá. **Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, Macapá, n. 4, p. 1-12, dez. 2012.

DIAS, Gabriel. Portal. Amapá inicia reestruturação da ponte na Lagoa dos Índios. **Portal Governo do Amapá**, 2018. Disponível em: https://www.portal.ap.gov.br/ler_noticia.php?slug=2910/amapa-inicia-reestruturacao-da-ponte-na-lagoa-dos-indios. Acesso em: 22 dez. 2019.

OLIVEIRA, Mário. Áreas de Ressacas de Macapá e Santana: o fim de um ecossistema. **Portal Luis Nassif**. 12 jan. 2013. Disponível em: <https://blogln.ning.com/profiles/blogs/reas-de-ressacas-de-macap-e-santana-o-fim-de-um-ecossistema>. Acesso em: 22 dez. 2019.

PORTILHO, Ivone dos Santos. Áreas de ressaca e dinâmica urbana em Macapá/AP. In: SEMINÁRIO LATINO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA E II SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA, 4., 2010, Coimbra. **Riscos naturais e a sustentabilidade dos territórios**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.

SALES, Josicléia da Silva; SANTOS, Marcelo Moreira dos. **Proteção Jurídica de áreas de Ressaca em Macapá**. 2011. Disponível em: https://www.academia.edu/23585280/Prote%C3%A7%C3%A3o_jur%C3%ADdica_de_%C3%A1reas_de_ressaca_em_Macap%C3%A1. Acesso em: 22 dez. 2019.

SALGADO, Victor; CARVALHO, Bianca Moro de. Habitar sobre Pilotis: a moradia vernácula ribeirinha no contexto urbano da Amazônia. In: SEMANA DE ARQUITETURA E URBANISMO, 4., 2018, Macapá. **Anais...** Macapá: UNIFAP, 2018. p. 62-66, 2018. Disponível em: https://www2.unifap.br/arquitetura/files/2018/10/SALGADO-VICTOR_-CARVALHO-BIANCA-MORO-DE.pdf. Acesso em: 22 dez. 2019.

SILVA, Walber Brito da; SANTOS, Marcelo Moreira dos; FIGUEIRA, Sérgio Sampaio. **Responsabilidade civil ambiental do município de Macapá pela ocupação irregular das “áreas de ressaca”**. 2014. Disponível em: <http://anpur.org.br/app-urbana-2014/anais/ARQUIVOS/GT3-66-14-20140508125929.pdf>. Acesso em: 22 dez. 2019.

SILVA, Eliane Aparecida Cabral et al. **Quando a terra avança como mercadoria perde-se o valor de uso na cidade: regularização fundiária e a expansão urbana na cidade de Macapá-Amapá**. 2017. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/330892>. Acesso em: 22 dez. 2019.

SOUZA, Josiane do Socorro Aguiar. **Qualidade de vida urbana em áreas úmidas: Ressacas de Macapá e Santana-AP**. 2003. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2003.

SOUZA, Josiane do S. Aguiar de et al. **Aspectos históricos da ocupação territorial nas “ressacas” de Macapá e Santana**. 2014. Disponível em: https://www.academia.edu/343_1932/ASPECTOS_HIST%C3%93RICOS_DA_OCUPA%C3%87%C3%83O_TERRITORIAL_NAS_RESSACAS_DE_MACAP%C3%81_E_SANTANA2004. Acesso em: 22 dez. 2019.

SOUZA, Luana Rocha de. Ocupação informal em palafitas: cartografar controvérsias em torno da construção de passarelas de madeira. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 4., 2018, SALVADOR. Souza. **Anais...** Salvador: ENANPARQ, 2018.

TAKIYAMA, L. R. **Diagnóstico de ressacas do Estado do Amapá: bacias do igarapé da fortaleza e do Rio Curiaú**. Macapá: IEPA, 2004.

TAKIYAMA, Luís Roberto, et al. **Zoneamento ecológico econômico urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana, Estado do Amapá**. Macapá, IEPA, 2012.

TOSTES, José Alberto; DIAS, Simone F. As fragilidades urbanas e ambientais de áreas de ressaca na Amazônia. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 4., 2016, Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: PROPAR/UFRG, 2016.

TOSTES, José Alberto; FEIJÃO, Antônio da Justa; MOURA, Cássia Ingrid Rosa. A paisagem cultural da cidade de Macapá: o rio comanda a vida. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**, v. 5, n. 34, p. 119-131, 2017.

VILLAÇA, Flávio. A segregação urbana e a justiça (ou a justiça no injusto espaço urbano). **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 11, p. 341-346, 2003.

Texto submetido em 15.08.2020.
Aceito para publicação em 21.08.2020.